

PORTARIA Nº 081/ 2020 / SMECT, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020.

CERTIDÃO

Certifico que o presente ato foi
publicado no 'PLACARD'
e é a expressão da verdade.
Águas Lindas de Goiás - GO

26 / 11 / 2020
Cláudia Alves

"Institui normas para realização de avaliações, para integralização da carga horária executada durante o regime especial de aulas não presenciais no âmbito do Sistema de Ensino da Rede Municipal do Município de Águas Lindas de Goiás - GO, dá outras providências."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso de suas atribuições e, tendo em vista a delegação de competência prevista na Lei Orgânica Municipal, bem como no Decreto nº 2.851, de 02 de setembro de 2020, no exercício da Administração Municipal,

CONSIDERANDO necessidade da Administração Pública Municipal no que diz respeito adotar ações para o enfrentamento ao COVID-19 na estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia;

CONSIDERANDO o artigo 5º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO o artigo 53, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

CONSIDERANDO orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE);

CONSIDERANDO o artigo 6º, da Resolução do CME nº 2017/2020, de 27 de outubro de 2020;

CONSIDERANDO o art. 205 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o princípio da prioridade absoluta dos interesses do menor;

CONSIDERANDO o contexto de excepcionalidade impressa no cenário imposto pela pandemia da COVID-19, bem como a necessidade de zelar e cuidar da vida de todos (as) os membros da comunidade escolar e, paralelamente, manter ativo e operante o Sistema de Ensino do Município de Águas Lindas de Goiás.

CONSIDERANDO a relevância do Regime Especial de Aulas não Presenciais (REANP) para manutenção do ano letivo de 2020 e compreendendo-o como o pilar que sustenta as atividades educacionais ao mesmo tempo em que preserva a vida humana.

CONSIDERANDO a indispensabilidade em cumprir com as diretrizes nacionais e implementação da Lei nº 14040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais e excepcionais a serem adotados durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo de nº 06 de 20 de março de 2020 e Parecer do CNE nº 15, de 06 de outubro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar as instituições de ensino da rede pública municipal, a manterem o Regime Especial de Aulas não Presenciais - REANP. e/ou presenciais mediadas por tecnologia.

Art. 2º - Determinar que as atividades pedagógicas presenciais serão oferecidas pelas Unidades de Ensino que compõem a rede pública municipal, somente após a publicação de nota técnica com orientação da autoridade sanitária estadual/ municipal, bem como de nova Resolução a ser aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 1º - as unidades de ensino deverão observar regras de higiene, distanciamento físico dos discentes, funcionários, profissionais de educação e realizar escalonamento de horário de entrada e saída para evitar aglomerações e seguir as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades sanitárias estadual/ municipal.

Art. 3º - Autorizar a integração da carga horária relativa ao período do REANP de acordo com a carga horária prevista nos projetos pedagógicos de cada unidade de ensino, desde que garantidas as 800 horas mínimas regulamentadas pela Lei nº 9.394/96.

Art. 4º - Determinar que a matriz curricular adotada previamente pelas instituições educacionais seja seguida, sem a prevalência de um componente curricular sobre outro.

Art. 5º - Determinar que o Conselho de Classe das instituições educacionais identifique os objetos de conhecimento não contemplados no ano letivo de 2020, a fim de agregá-los à reestruturação do currículo a ser estabelecida para o ano letivo de 2021.

Art. 6º - Determinar que os resultados das atividades avaliativas sejam registrados formalmente nos documentos escolares dos alunos, de acordo com as metodologias e critérios adotados pelas instituições educacionais.

Art. 7º - Determinar que as avaliações da Educação Básica – Ensino Fundamental I, tem caráter:

I - De diagnóstico – para analisar o desenvolvimento dos alunos durante o REANP e subsidiar o planejamento das intervenções e atividades propostas.

II - Formativo e Contínuo – para ajustar periodicamente o planejamento das atividades, conteúdos e avaliações.

III - Qualitativo e Quantitativo - para avaliar habilidades e competências adquiridas com previsão de registro de notas, ancorados nos modelos de avaliações supracitadas.

Art. 8º - Determinar os quesitos que devem ser considerados no processo avaliativo:

I - as avaliações devem ser precedidas de atividades de acompanhamento pedagógico e em diálogo com processos avaliativos contínuos, qualitativos e formativos;

II - as avaliações devem orientar-se por meio de critérios e mecanismos coerentes com o conteúdo ministrado, que contemplem estritamente as habilidades e objetos de conhecimento que a instituição conseguiu desenvolver;

III - os critérios avaliativos e de promoção devem considerar a excepcionalidade imposta pela pandemia, com atenção especial às avaliações para efeito de final de ciclo/etapa, a saber, 5ºano do Ensino Fundamental I;

IV - a frequência dos alunos deve ser considerada como importante item avaliativo, ressaltada a necessidade de vincular tal frequência ao retorno que as instituições educacionais recebem de seus alunos em relação a cada demanda ou atividade apresentada (seja por meio digital ou impresso) além da participação nas aulas virtuais e demais espaços de interação;

V - a participação da comunidade escolar no processo avaliativo, desde a colaboração durante a concepção deste processo até a execução propriamente dita;

VI - a classificação dos alunos deve ser vinculada à frequência e à qualidade da devolutiva das atividades e demandas propostas pela instituição educacional;

VII - a recuperação paralela como nova oportunidade de aprendizagem;

VIII - a avaliação deve contemplar de forma distinta os períodos referentes às aulas presenciais e de REANP;

IX - a unidade escolar deve garantir o processo de avaliação a todos seus alunos, independente do percurso e da conduta que tiveram ao longo do ano letivo.

Art. 9º – Determinar que os instrumentos avaliativos para subsidiar o trabalho das instituições escolares são:

I - espaços em salas virtuais para avaliação de aprendizagem de forma discursiva e/ou objetiva;

II - redes sociais como ferramentas que viabilizam a participação dos alunos e/ou responsáveis legais no processo avaliativo;



- III - drive-thru para entrega e recebimento de atividades e/ou avaliações impressas;
- IV - transporte escolar como alternativa para entrega e recebimento de atividades e/ou avaliações impressas, prioritariamente para os estudantes de zona rural, de áreas de difícil acesso e alunos que não possuem internet ou equipamentos tecnológicos que permitam acesso às aulas remotas;
- V - criação por parte dos alunos de produtos e materiais vinculados aos conteúdos estudados, como por exemplo histórias em quadrinhos, redações, poesias, narrativas, receitas e demais gêneros textuais;
- VI - apresentações virtuais destes produtos utilizando os aplicativos, por exemplo, Google Meets, Zoom, WhatsApp, exposições virtuais gerais, dentre outros recursos;
- VII - questionários de autoavaliação;
- VIII - fóruns de discussão entre alunos e professores;
- IX - avaliações diagnósticas aplicadas com periodicidades pré-definidas;
- X - avaliação oral, síncrona e online de forma individual ou em pequenos grupos de alunos.

Art. 10 - Determinar que o registro de avaliação referente à Educação Infantil, deverão ser de forma conjunta, considerando o desenvolvimento de habilidades/competências para formação do sujeito de acordo com a dimensão de aprendizagem descrita conforme relatório de aprendizado nas modalidades das Etapas I e II, 1º e 2º ano do ciclo de alfabetização.

Art. 11 - Determinar que as creches públicas e conveniadas mantenham efetivamente o cadastro das crianças conforme responsabilidades de escola e família, uma vez que não existe obrigatoriedade em relação à frequência do aluno, no entanto, que mantenha-se a organização de matrículas das crianças de 03 anos para a I Etapa (04 anos), no sistema de ensino.

Art. 12 - Determinar às unidades de ensino da rede pública municipal que no ano de 2020, os alunos que não participaram das aulas não presenciais, no decorrer do ano de 2020, deve ser considerado Retido (R).

Art. 13 - Determinar que consigne em ata do Conselho Escolar e Conselho de Classe, os casos a que se refere o artigo anterior, fazendo menção ao Decreto Municipal nº 1.252, de 16 de março de 2020 que suspendeu as atividades educacionais presenciais no âmbito do Sistema de Ensino do município de Águas Lindas de Goiás – GO, decorrente da disseminação do coronavírus e, a Resolução CME nº 217, de 27 de outubro de 2020, com finalidade de sanar e justificar os casos detectados, assim como fazer constar em ata as medidas tomadas pela unidade de ensino a fim de localizar o aluno.

Art. 14 - Determinar que no ano de 2021, o aluno que não foi contactado pelo sistema de ensino no decorrer do ano de 2020 e que não atingiu média satisfatória e, ainda



o considerado da Educação especial, que seja executada a possibilidade de recuperação no decorrer do ano de 2021.

Parágrafo único – o docente deverá acompanhar e trabalhar com o discente a que se refere o caput do art. 15, aplicando avaliação a fim de verificar a possibilidade de reclassificação deste aluno para a próxima série/ano.

Art. 16 - Determinar que no ano de 2021, seja inserido no sistema do diário eletrônico o reconhecimento de avaliações descritivas de relatórios com a legenda P(promovido), R (retido) no anos de 3º ao 5º ano da rede municipal, e aplique o registro de frequência de forma diferenciada com olhar em todas as dimensões de aulas presencias e não presenciais, uma vez que Lei nº 9.394/96 visa prevalecer os aspectos das avaliações qualitativas de aprendizagem.

Art. 17 - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data revogando-se as disposições contrárias.

Gabinete do Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás, aos 19 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte (19-11-2020).

Deusimar Macedo Bezerra
Secretário Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Decreto nº 2.851/2020